

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2024

CONTADORIA EXECUTIVA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO DO LEÃO/RS

1. CONTEXTO OPERACIONAL:

O Município de Boqueirão do Leão RS CNPJ 92.454.818.0001-00 compõe o poder público municipal consolidando as demonstrações contábil: do Legislativo Municipal, Poder Executivo e do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. Situado na Rua: Sinimbu, 644, Centro de Boqueirão do Leão, RS, CEP 95.920-000, tem por objeto a prestação de serviços públicos de forma direta aos seus munícipes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2024 foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, denominadas NBCASP (normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público) consubstanciadas pelas alterações introduzidas pela Resolução nº 1.111/2007 do CFC.

Base Legal: as demonstrações contábeis do exercício de 2024 foram elaboradas conforme a Lei nº 4.320/64, a escrituração observou o elenco de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional, Manuais e Normas Brasileiras e os Princípios de Contabilidade Aplicados ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Para a contabilização da execução do orçamento foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

O Balanço Geral do Município referente ao exercício é composto pelas seguintes demonstrações contábeis: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, Demonstração

das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa conforme modelos definidos no MCASP e complementado por estas notas explicativas.

2.1 Mudanças de Critérios Contábeis

Não houve mudanças de critérios contábeis efetuadas no exercício de 2024.

2.2 Ajustes de Exercícios Anteriores

Os valores lançados em Ajustes de Exercícios Anteriores referem-se às seguintes informações:

Entidade Prefeitura:

VALOR	AJUSTE REFERENTE
R\$ 1.377,82 (D)	Lançamento contábil 974 referente ajustes de lançamentos de contrapartida feitos em 20/12/2023, (2045,2043,2044) faltou valor para completar R\$ 3.867,29 na conta 59449 no exercício de 2023.
R\$ 950.973,03 (C)	Pela identificação dos resultados acumulados de exercícios anteriores.
R\$ 850,78 (C)	Lançamento Contábil 440 referente a ajustes de saldos baixados no sistema e não no banco.

Entidade RPPS:

VALOR	AJUSTE REFERENTE
R\$ 296.931,83 (D)	Pela identificação dos resultados acumulados de exercícios anteriores.
R\$ 40,74 (D)	Lançamento contábil 54 referente correção - TRANSF FINANC
R\$ 112,80 (D)	Lançamento contábil 66 referente ajuste de saldo de conta grupo errado exercício anterior, cadastro errado no RH em conta a compensar e não grupo 21882.
R\$ 38,35 (D)	Lançamento contábil 79 referente correção de lançamento.

Na entidade CÂMARA não ocorreram lançamentos de ajuste de exercícios anteriores.

2.3 Resumo das Principais Práticas Contábeis

Os resumos das principais práticas contábeis apresentam os critérios de mensuração e avaliação dos ativos e passivos do Município.

O regime contábil adotado na contabilização da execução orçamento é o misto, a fim de atender o disposto no Art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desta forma, as despesas são registradas pelo regime de competência e as receitas pelo regime de caixa.

Já os atos e fatos de natureza patrimonial são registrados pelo regime de competência a fim de atender o disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

2.4 Apuração dos resultados públicos:

Resultado patrimonial: As receitas e despesas de caráter patrimonial estão escrituradas pelo regime de competência.

Resultado orçamentário: As receitas e despesas de caráter orçamentário estão escrituradas pelo regime misto (caixa para a receita, competência para despesa).

3. DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS:

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das Demonstrações Contábeis, ressaltamos:

3.1. DO BALANÇO PATRIMONIAL

3.1.1. Ativo Circulante

3.1.1.1 Disponível:

3.1.1.1.1 Caixa e equivalentes de caixa:

Os valores do caixa e equivalentes de caixa foram mensurados ou avaliados pelo valor original.

As aplicações financeiras de liquidez imediata foram mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas foram contabilizadas em contas de variação patrimonial aumentativa.

3.1.1.1.2 Aplicações Financeiras do RPPS:

As aplicações financeiras estão registradas pelos valores de realização e os rendimentos em função do prazo decorrido até a data de balanço.

Todas as aplicações seguem o regramento do conselho CMN (Conselho Monetário Nacional) e do BACEN (Banco Central do Brasil).

Conforme Anexo XIII, Balanço Financeiro e o Anexo XIV Balanço Patrimonial, os investimentos do RPPS em 31/12/2024 totalizam R\$ 36.214.933,13, a rentabilidade acumulada em reais para o exercício foi de R\$ 2.353.141,66 atingindo da meta (IPCA+5,25%) 67,52%.

No que se refere aos saldos por instituição financeira em 31/12/2024, no Banco do Estado do Rio Grande do Sul o saldo é de R\$ 5.898.734,60, no Banco do Brasil é de R\$ 10.520.320,93, na Caixa Econômica Federal é de R\$ 14.567.862,87 e na Cooperativa de Crédito de Lajeado (SICREDI) R\$ 5.228.014,54.

Seguindo os critérios definidos na política de investimento de 2024.

3.1.1.1.3 Os créditos a receber:

Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações foram mensurados ou avaliados pelo valor original.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pré-fixadas foram ajustados ao valor presente.

Os direitos, os títulos de crédito e as obrigações pós-fixadas foram ajustados considerando todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados foram contabilizados em contas de resultado.

As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização para os ativos e de reconhecimento para os passivos.

3.1.1.1.4 A Dívida Ativa

A Dívida Ativa no Ativo Circulante foi proporcionalmente ajustada ao curto prazo, segundo a média de recebimentos dos últimos três exercícios encerrados somados com os parcelamentos firmados informados pelo setor de Tributos e Créditos, e para ajuste para perdas realizou-se o cálculo do seu percentual de possibilidade.

O ajuste para perdas da Dívida Ativa foi calculado tendo por referência a metodologia adotada do STN, para municípios com população inferior a 50.000 habitantes, baseando-se na média do percentual de recebimento. O índice foi formado pela média dos percentuais de recebimento menos o estoque total de dívida ativa a receber.

A dívida ativa está inscrita pelo seu valor original, mais as atualizações incorridas de multas e juros.

3.1.1.1.5 Dos estoques

Nas entidades, Prefeitura Municipal, RPPS e Câmara Municipal, ainda não foi instituído o controle e registro dos estoques do intangível conforme orientação da Portaria 548/2015 e Decreto 10540/2020. A Contabilidade não conseguiu mensurar e atender a portaria até o momento.

Até o final do exercício não foi aderido ao sistema de compras e controle de estoques para integrar com a Contabilidade, porém, está sendo implantado o sistema Cloud e será aditivado o sistema do Compras.

3.3 Ativo Imobilizado:

A prefeitura visando realizar a correta identificação e levantamento do inventário patrimonial, contratou para levantamento a Mauss Treinamento em Gestão LTDA, CNPJ: 16.555.587/0001-35 em 2021. Que após o levantamento dos bens móveis, imóveis, veículos e máquinas, foram gerados relatórios que foram devidamente assinados e conferidos pelos responsáveis do setor. A empresa enviou uma planilha de importação dos bens para a empresa Betha Sistemas, a qual, realizou as configurações necessárias para a realização da importação dos bens no software de controle patrimonial do município. Finalizada a importação dos bens pela empresa, foram lançados os bens adquiridos no ano de 2022.

A Contabilidade baseada nas informações repassadas pelo Setor Patrimonial, a partir desse levantamento e das atualizações e depreciações consegue atestar as informações do inventário, que conforme registros o município possui um Ativo Imobilizado de bens no valor de R\$ 16.360.863,29 referente a 4.909 itens, que foram identificados e conferidos pela comissão de inventário,

No Legislativo o processo foi realizado ainda no exercício de 2020, foram realizados o inventário físico de todos os bens do ativo imobilizado pela mesma empresa citada acima. Todos os bens foram reavaliados e valor justo, tiveram sua vida útil e valor residual estimados totalizando R\$ 103.271,28 no Ativo Imobilizado com 253 itens em bom estado em 2024.

Assim, o legislativo municipal iniciou a depreciação dos seus bens a partir do mês de novembro de 2020, estando devidamente registrado na contabilidade.

A contrapartida dos lançamentos de reavaliação foram registradas na conta de ajuste de avaliação patrimonial do PL do executivo e do legislativo.

3.4 VPDs pagas antecipadamente:

Não houve registro de tais fatos.

3.5 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes:

Os ativos realizáveis com prazo inferior a 365 dias da data de balanço estão registrados no Circulante e os superiores, no Ativo Não Circulante.

3.6 Ativo Investimentos:

Não consta saldo do grupo investimento que se refere às ações da Prefeitura.

Na entidade RPPS, os valores em aplicações e investimentos em 31/12/2024 totalizam R\$ 36.214.933,13 e de rendimentos atingiu R\$ 2.353.141,66 atingindo da meta (IPCA+5,25%) 67,52%.

Os valores são distribuídos nas IFs, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banrisul e Sicredi, seguido rigorosamente a Política de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social do Município. Estes recursos são geridos pelo comitê de investimentos e pelo conselho do RPPS, além de contar com serviços da empresa de consultoria Referência.

3.7 Ativo Intangível:

As entidades não possuem nenhum ativo intangível.

3.8 Ajuste a valor presente de Ativos e Passivos:

Não houve necessidade de ajuste ao valor presente dos elementos integrantes do Ativo e do Passivo decorrentes de operações de longo e curto prazo, uma vez que seus efeitos não foram relevantes. Com isso, evidencia-se que os valores contábeis registrados representam substancialmente os valores justos na data do balanço.

3.9 Ativos e Passivos Contingentes:

A entidade não possui eventos contingentes, seja de ordem ativa ou de ordem passiva.

3.10 Fornecedores:

São os restos a pagar do exercício e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos incorridos.

- **Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes:**

Os passivos exigíveis com prazo inferior a 365 dias da data do balanço estão registrados no circulante e os prazos superiores, no passivo não circulante.

3.11.1 Obrigações Trabalhistas a Curto Prazo - Provisões De Pessoal

As provisões servem de base para contabilizar a variação patrimonial referente às obrigações salariais. A contabilização é feita baseada no princípio da competência, registra todas as despesas no momento em que elas acontecem, ou seja, quando incorridas. Cada mês transcorrido representa 1/12 (um doze avos) de obrigação para o Município e conseqüentemente 1/12 (um doze avos) de direito para o funcionário. Em todas as entidades e para esse exercício na entidade câmara também se iniciou os procedimentos mensalmente.

3.11.2 Obrigações de Longo Prazo

O município possui apenas uma operação de crédito a longo prazo:

Operação de Crédito Interna junto a IF Caixa Econômica Federal, programa FINISA, contratada em 2019 no valor de R\$ 2.400.000,00, com juros prefixados de 5.5% + variação da SELIC, pagos mensalmente com carência inicial de 12 meses em 108 meses.

Do saldo total da dívida, foram divididas as parcelas vincendas no curto prazo e registradas no Passivo Circulante. O saldo restante, ficou registrado no Passivo Não Circulante. Cabe ressaltar que o cálculo foi estimado considerando juros de fixos mais tendência da Selic extraídos do site do Bacen, conforme expectativas, pois após inúmeras tentativas com a CEF eles não repassam informações sobre a dívida para a contabilidade mensurar de forma correta e exata os valores, que ajustou da forma mencionada acima os valores. O valor estimado da dívida a pagar junto a CEF é de R\$ 1.531.992,02.

4. DO BALANÇO FINANCEIRO

4.1 Dos restos a pagar com suficiência financeira:

Inscritos em restos processados no valor de R\$ 1.275.338,35.

Inscritos em restos não-processados no valor de R\$ 883.732,48.

Total de restos a pagar inscritos com suficiência financeira: R\$ 1.040.741,87.

Portanto, na análise dessa demonstração deve ser considerado como relevante:

- As conciliações bancárias estão sendo realizadas tempestivamente. Não houve nenhum ajuste importante e relevante que causou um grande impacto no saldo financeiro do ano.
- As cauções recebidas para garantir contratos de execução de obras e serviços, foram lançadas como receita extra, e estão sendo mantidas em contas correntes específicas.
- Valores depositados em juízo, a título de bloqueios, depósitos judiciais e precatórios a pagar estão segregados na contabilidade.

4.2 – Da composição do resultado financeiro

O resultado financeiro consolidado do município R\$ 40.439.996,67 (100%) como um todo foi gerado da seguinte forma:

- Poder executivo:

Bancos contas movimento:	R\$ 1.241.132,90
Bancos contas vinculadas:	R\$ 2.797.974,33
Tesouraria geral:	R\$ 5.272,21
Totais:	R\$ 4.044.379,44

- Poder legislativo: R\$ 180.684,10 (adiantamento de duodécimos)

- Fundo do RPPS: R\$ 36.214.933,13

É sempre importante uma melhor gestão dos recursos financeiros e orçamentários, para gerar saldo de caixa residual positivo e consequentemente superávit financeiro nos recursos livres além dos demais vinculados; além disso, resalto que aos recursos do fundo

de RPPS em 2024 tiveram rentabilidade atingindo 67,52%, ainda assim as projeções matemáticas apresentam déficit futuro que deve ser amenizado através de novos concursos, rendimentos, contribuições patronais e dos servidores ativos e inativos, uma vez que os recursos do RPPS, não podem ser utilizado para nenhum outro fim, que não seja, pagamento de aposentadorias e pensões, conforme determina a legislação previdenciária.

No poder legislativo foram mantidos e não devolvidos para o executivo os saldos de duodécimos no valor de R\$ 180.684,10, ficando em caixa valores diferidos de adiantamento de duodécimos. Não ocorreram outros ajustes ou situações que merecem destaque nas notas explicativas.

Todas as retenções extra orçamentárias são registradas em contas específicas, no Passivo do Município, no RPPS e no Legislativo, bem como movimentadas em contas financeiras separadas com recursos 0869.

5. Eventos Subsequentes

Após o encerramento do período contábil, não houve a necessidade de alterações ou ajustes contábeis no exercício encerrado, em nenhum dos dois poderes, nem na autarquia.

5. DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

5.1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem dados consolidados do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações, imposições do MCASP, NBCASP e PCASP determinado pelo Tribunal de Contas do Estado.

5.2 - Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64. **5.3 - Operações Intraorçamentárias:** de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intraorçamentárias.

5.4 – Créditos Adicionais Reabertos: não houve, de acordo com o disposto no art. 167, § 2º, da Constituição da República, em 2024, a reabertura de créditos especiais que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses desse ano.

5.5 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil do ano, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 19/2016, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

6. DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

6.1 – Contexto Operacional: A DFC foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos, sem considerar os pagamentos e recebimentos intraorçamentários. O resultado final corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa e mantém compatibilidade com os valores apresentados no Balanço Financeiro.

6.2 – Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: os ingressos compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas receitas e despesas orçamentárias correntes.

Já os desembolsos compreendem os pagamentos orçamentários correntes, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas.

Na atividade operacional também se integram as entradas de saídas de caixa originadas das receitas de despesas extraorçamentárias, as quais, influenciam diretamente a disponibilidade de caixa.

6.3 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento: os ingressos são oriundos de receitas de capital de alienação de ativos e da amortização de empréstimos e financiamentos

concedidos. Os desembolsos decorrem do pagamento de despesas de aquisição de ativo não circulante (obras, instalações, equipamentos, material permanente, bens imóveis, títulos de crédito, títulos representativos de capital e constituição ou aumento de capital de empresas), e as concessões de empréstimos e financiamentos.

6.4 – Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida (receita de capital).

Os desembolsos são decorrentes da amortização e refinanciamento da dívida (despesa de capital).

7. DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP

7.1 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos: Neste exercício não houve valores de reavaliação, redução a valor recuperável e ajustes de perdas de bens do ativo imobilizado.

Não houve desincorporação de passivos com valores relevantes.

O Município também não recebeu nenhum bem em doação de forma relevante que merecesse destaque.

Não houve ganhos com incorporação do ativo e também não houve ganhos com desincorporação do Passivo.

7.2 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos: Nesse exercício houve reavaliação, redução, a valor recuperável e ajuste para perdas no valor de R\$ 14.684,48.

No RPPS, no valor de R\$ 550.881,18.

No passivo também não houve incorporação de nenhum valor relevante.

8 - Informações Adicionais:

8.1 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

CNPJ: 10.819.924/0001-78

Endereço: Rua Sinimbu nº 644, Centro de Boqueirão do Leão, RS.

Tel. (51) 3789-1122

Email: rpps@boqueiraodoleao.rs.gov.br

8.2 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CNPJ: 05.885.724/0001-83

Endereço: Rua Sinimbu nº 644, Centro de Boqueirão do Leão, RS.

Tel. (51) 3789-1311

Email: cambl@viabol.com.br

Boqueirão do Leão, RS, 24 de Janeiro de 2025.

Jorni Henn
Contador
CRC 097048/1-O